

# *Superior Tribunal de Justiça*

**EDcl no RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 115.502 - PA  
(2019/0207888-7)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

**EMBARGANTE : LEONARDO DIAS FRANCISCO**

**ADVOGADOS : LUIZ ALEX MONTEIRO DOS SANTOS - AP001341  
JOSE DIOGO DE OLIVEIRA LIMA - PA016448  
ROMEU CABRAL SOARES BESSA - PA021202  
SIDNEI CAETANO MORAIS - GO028245**

**SOC. de ADV. : OLIVEIRA LIMA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE  
ADVOCACIA**

**EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**

## **DECISÃO**

**LEONARDO DIAS FRANCISCO** opõe embargos de declaração à decisão de fls. 315-318, de minha relatoria, em que não conheci do recurso, ante a necessidade evidente de análise vertical do processo, que alcança o próprio mérito da imputação, deliberação incompatível com a estreita via do HC.

O embargante alega que a decisão objurgada baseou-se em de premissa equivocada e por esse motivo deve ser revista, qual seja (fls. 327, destaquei):

"Tais medidas **foram impostas com base nas informações colhidas pelo Magistrado de origem**, que entendeu serem estas as mais adequadas para o caso em tela. Ressalto que as determinações foram mantidas na decisão que julgou o agravo interposto na origem, conforme informado acima."

Ocorre que as medidas protetivas foram impostas com base, tão somente nas informações preliminares colhidas pela autoridade policial, não pelo magistrado, frise-se que antes mesmo da tomada do depoimento do paciente, no inquérito policial.

Requer o acolhimento dos embargos, para que seja alterado o fundamento da decisão impugnada, por conseguinte, conhecido o recurso próprio.

**Decido.**

# Superior Tribunal de Justiça

Consoante o disposto no art. 619 do Código de Processo Penal, a oposição de embargos de declaração enseja, em síntese, o aprimoramento da prestação jurisdicional, por meio da retificação do julgado que se apresenta omissa, ambíguo, contraditório ou com erro material. São inadmissíveis, portanto, quando, a pretexto da necessidade de esclarecimento, aprimoramento ou complemento da decisão embargada, objetivam, em essência, o rejugamento do caso.

No caso, em que pesem os argumentos lançados pelo recorrente, constato que o *decisum* embargado **não foi omissa, tampouco contraditório**. Isso porque destacou-se, de maneira clara e coerente, parte da decisão impugnada:

Sendo a violência familiar contra a mulher cometida, na quase totalidade dos casos, de forma clandestina, distante, obviamente, dos olhares de testemunhas, a palavra da vítima ganha enorme relevância probatória e não pode ser ignorada para a aferição do "periculum in mora" e "fumus boni iuris" necessários ao deferimento de medidas protetivas diretamente voltadas à proteção da integridade física e moral da ofendida.

**Conforme se vê de toda documentação colacionada, a autoridade coatora decretou medidas protetivas de urgência em desfavor do paciente, pois teria ele ameaçado sua ex-esposa de forma velada e silenciosa e, embora não houvesse provas robustas das ameaças, por se desenvolverem na clandestinidade do domicílio do casal, havia indicativos de violência doméstica perpetrada, fazendo-se oportuno o deferimento das medidas protetivas, com base no poder geral de cautela, a fim de se preservar a integridade moral e física da vítima.**

Em suas declarações perante a autoridade policial (fls. 109-110 ID nº 1842612), a vítima afirmara que conviveu com o paciente, **médico capitão do Exército**, em união estável de 16/07/2016 a 09/12/2016, sob regime de comunhão parcial de bens. Casaram em 09/12/2016, no mesmo regime de bens, sendo o paciente amigável e amoroso no início do relacionamento. Disse que, em 2019, o paciente ficou agressivo, culminando, em 06/04/2019, com a sua determinação para que a paciente saísse da residência pela manhã. Durante a noite, a vítima retornara. **O paciente estava no banho e, em seguida, teria se dirigido ao escritório, onde guardava duas armas grandes e que as armas pequenas (pistolas)**

ficavam no carro e a outra na bolsa, quando a vítima ouviu barulhos como se tivesse municiando a arma. Com medo, dirigiu-se com sua genitora à delegacia de polícia, estando na casa desta com medo, destacando que já sofrera bastante psicologicamente com ameaças veladas, sendo sempre chamada de burra e imatura.

O juízo coator que não realizou juízo de retratação diante da interposição do recurso cível de agravo de instrumento (fl. 115 ID nº 1842612), autorizou a paciente, acompanhada de oficial de justiça, a retirar seus objetos exclusivamente pessoais do domicílio das partes.

Descabida a alegação da defesa de que a suspensão da posse ou restrição do porte de armas, com comunicação ao órgão competente, estaria impossibilitando o paciente de exercer seu mister, já que ele é médico capitão do Exército, não se revelando como imprescindível para o exercício da medicina no hospital de guarnição de Marabá onde atua o uso de arma (fl. 30 ID nº 1724885).

A palavra da vítima revela-se plausível, coerente e equilibrada, não havendo nos autos razões para não acreditar em seu temor. Não poderíamos admitir a omissão estatal frente a uma situação de risco, devendo ser respeitado o interesse da vítima, repita-se, que teme por sua integridade física e quer somente ter uma vida de paz. Suas alegações conferem plausibilidade ao direito invocado e demonstram a urgência necessária, sendo, por isso, possível a manutenção das medidas protetivas, que são autônomas e paralelas ao processo penal.

Os elementos colhidos, por ora, autorizam a manutenção das medidas protetivas deferidas pelo juiz *a quo*, notadamente em razão do nível de animosidade existente entre a ofendida, o paciente e seus familiares, tudo a demonstrar que o melhor caminho, por ora, é coibir qualquer forma de aproximação ou contato entre eles, com suspensão da posse ou restrição do porte de arma, a fim de se evitar que agressões físicas e verbais ocorram.

**As condições pessoais favoráveis que alega possuir o paciente não são, em si mesmas, suficientes para a revogação das medidas protetivas quando se encontram devidamente justificadas.**

Desta forma, verifica-se que a decisão está devidamente fundamentada e em conformidade com os fins da Lei Maria da Penha e das medidas protetivas, não evidenciado o constrangimento ilegal alegado.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Ante o exposto, em consonância com o parecer da Procuradoria de Justiça e pelas razões expostas no presente voto, conheço, em parte, da impetração e, nesta extensão, denego a ordem.

**Ainda que as informações não hajam sido colhidas pelo Magistrado**, mas, sim, pela autoridade policial, o Juiz, com base nesses dados, de forma fundamentada, decidiu pela imposição de medidas protetivas.

O que se percebe, portanto, é que a irresignação do embargante se resume ao seu mero inconformismo com o resultado do julgado, que lhe foi desfavorável, pois não há nenhum fundamento que justifique a oposição de embargos de declaração. E mais, a postura defensiva, ainda que se possa justificar pelo desejo de ver reconhecido alegado direito, não contribui para a higidez do sistema de justiça criminal, que se vê cada vez mais assoberbado de postulações múltiplas e contrárias ao bom andamento dos trabalhos judiciais.

À vista do exposto, **rejeito** os embargos de declaração.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**